

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2010

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVOS</u>	Notas explicativas	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	Notas explicativas	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
ATIVOS CIRCULANTES		-	-	PASSIVOS CIRCULANTES		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	421.315	543.684	Fornecedores	7	14.432	4.809
Adiantamentos diversos		300	-	Impostos e contribuições a recolher	8	4.383	5.427
Total do ativo circulante		<u>421.615</u>	<u>543.684</u>	Provisões trabalhistas e encargos sociais	9	41.973	10.584
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				Recursos de projetos	10	123.707	230.000
Imobilizado	6	15.918	4.576	Outras contas a pagar		5.337	95
Total dos ativos não circulantes		<u>15.918</u>	<u>4.576</u>	Total do passivo circulante		<u>189.832</u>	<u>250.915</u>
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				Superávit acumulado	11	247.701	297.345
				Total do patrimonio social		<u>247.701</u>	<u>297.345</u>
TOTAL DO ATIVOS		<u>437.533</u>	<u>548.260</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>437.533</u>	<u>548.260</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do exercício		(49.644)	136.954
Ajustes:			
Apropriação ao resultado de recursos de projetos recebidos em anos anteriores	10	(106.293)	
Depreciação do imobilizado		3.092	1.656
Reversão de provisão para ITCD		-	(41.453)
		<u>(152.845)</u>	<u>97.157</u>
Variações em ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em créditos a receber		-	30
(Aumento) redução em adiantamentos		(300)	-
Aumento (redução) em fornecedores		9.623	(11.437)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		(1.044)	3.104
Aumento (redução) em provisões trabalhistas e encargos sociais		31.389	7.008
Aumento (redução) em recursos de projetos		-	230.000
Aumento (redução) em outras contas a pagar		5.242	(296)
		<u>44.910</u>	<u>228.409</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>(107.935)</u>	<u>325.566</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao imobilizado		(14.434)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(14.434)</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(122.369)</u>	<u>325.566</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do período/exercício		543.684	218.118
No fim do período/exercício		421.315	543.684
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(122.369)</u>	<u>325.566</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra
forma)

	Notas explicativas	2010 <u>R\$</u>	2009 <u>R\$</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuições de pessoas jurídicas	12	410.000	440.000
Receitas de gratuidades	12	114.632	109.863
Recursos de projetos	10	<u>137.535</u>	<u>-</u>
		<u>662.167</u>	<u>549.863</u>
DESPESAS OPERACIONAIS LIQUIDAS			
Despesas com projetos - área social	13	(352.451)	(110.865)
Despesas administrativas	14	(398.542)	(375.012)
Despesas tributárias		<u>(1.385)</u>	<u>39.439</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(90.211)	103.425
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	41.150	34.261
Despesas financeiras	15	<u>(583)</u>	<u>(732)</u>
		<u>40.567</u>	<u>33.529</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u><u>(49.644)</u></u>	<u><u>136.954</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

-
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	160.391	160.391
Superávit do exercício	136.954	136.954
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>297.345</u>	<u>297.345</u>
Déficit do exercício	(49.644)	(49.644)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u><u>247.701</u></u>	<u><u>247.701</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Minas Pela Paz (“Instituto” ou “IMPP”), foi constituído em 2 de fevereiro de 2007, iniciou suas operações em 5 de março de 2007, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional.

O Instituto tem por finalidade promover a justiça social, a paz, a cidadania e os direitos humanos, por meio da realização de ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais que visem estes objetivos. Para cumprimento de suas finalidades, o IMPP observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como, à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;
- atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais; e
- promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho.

Seus sócios fundadores, contribuintes e parceiros contribuem regular e efetivamente para o cumprimento dos objetivos do IMPP, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do IMPP, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

É entendimento da Administração, considerando as atividades desenvolvidas pelo IMPP e baseada na opinião dos seus consultores jurídicos, que:

- Sobre as receitas do Instituto não há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- O IMPP é isento da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades;
- O superávit apurado em cada exercício social é isento da Contribuição Social Sobre o Lucro e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;
- O IMPP vem cumprindo com todos os dispositivos da legislação aplicáveis a entidades sem fins lucrativos; e
- O IMPP obteve a Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em 15 de junho de 2010.

O IMPP recolhe PIS com base na folha de pagamento.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

São órgãos constitutivos do IMPP:

- Assembléia Geral;
- Conselho Deliberativo;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal.

Nenhum dos membros dos cargos eletivos do IMPP, ou seja, dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e da Diretoria, recebem remuneração de qualquer natureza.

De acordo com as disposições do Estatuto, a Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada ano, e extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, observadas as disposições legais e estatutárias sobre sua convocação, instalação e deliberação.

O Instituto é constituído por prazo indeterminado, competindo à Assembléia Geral decidir por sua extinção, nos termos deste estatuto e mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e efetivos em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim. Conforme previsto no estatuto social, na hipótese de extinção do Instituto, a mesma assembléia Geral destinará o patrimônio remanescente para outra entidade congênere, conforme a lei e objetivos previstos neste estatuto em seu artigo 1º.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e observando também a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19 - “Entidades sem finalidade de lucros”, aprovada pela Resolução nº 877/2000 e alterada pelas Resoluções nº 926/2001 e nº 966/2003 do Conselho Federal de Contabilidade, na qual são estabelecidos os critérios e procedimentos específicos da avaliação do registro das variações patrimoniais e da estrutura das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as entidades sem fins lucrativos.

Na elaboração das referidas demonstrações financeiras, o Instituto considerou as modificações ocorridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPCs nos 15 a 40. Entretanto, a adoção integral dos CPC’s não trouxe efeitos nas demonstrações financeiras do Instituto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo IMPP são como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação e apresentam risco insignificante de mudança de valores justo. São utilizados pelo Instituto no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o valor de mercado

b) Apuração do superávit / deficit do exercício

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da Administração.

c) Ativos e passivos circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base “pró-rata” dia.

d) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O Instituto optou por não re-mensurar a vida útil e valor justo dos bens que compõem o ativos imobilizados, mantendo-os ao custo de aquisição.

e) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Durante o ano de 2010, foram emitidas e revisadas normas de IFRS pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, porém estas ainda não estão disponíveis para o Brasil, uma vez que ainda não foram analisadas pelo CPC. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa	900	300
Banco	57.755	8.745
Aplicação Financeira (*)	<u>362.660</u>	<u>534.639</u>
Total	<u>421.315</u>	<u>543.684</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, cujos rendimentos correspondem aproximadamente a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, possuindo liquidez imediata.

As receitas financeiras incluídas na demonstração do superávit dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram oriundas, exclusivamente, do rendimento destas aplicações financeiras.

6. IMOBILIZADO

O imobilizado do IMPP é composto por:

	31/12/2010			31/12/2009		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		(%)
Móveis e utensílios	5.998	(264)	5.734	-		10
Equipamentos de informática	13.012	(2.828)	10.184	4.576		20
Total do ativo imobilizado	19.010	(3.092)	15.918	4.576		

As movimentações ocorridas durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são assim apresentadas:

	<u>2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>2010</u>
Móveis e utensílios	-	5.998	-	(264)	5.734
Equipamentos de informática	4.576	8.436	-	(2.828)	10.184
	<u>4.576</u>	<u>14.434</u>		<u>(3.092)</u>	<u>15.918</u>

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>2009</u>
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	6.232	-	-	(1.656)	4.576
	<u>6.232</u>			<u>(1.656)</u>	<u>4.576</u>

7. FORNECEDORES

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Bella Vista Empreend. Ltda.	1.800	-
Rede Editora e Serviços	5.000	3.120
Mariana Chelby Prata Lima	5.133	-
Gráfica e Editora 101	-	1.331
Eco Brasil Turismo Ltda.	795	-
UNIMED Belo Horizonte	360	358
Tnl Pcs S.A.	293	-
Nova Era Expresso Ltda.	286	-
Outros	<u>765</u>	<u>-</u>
Total	<u>14.432</u>	<u>4.809</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se a encargos sociais e impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros, bem como outros como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
IRRF	239	550
ITCD (*)	-	-
Provisão imposto de renda sobre aplicações financeiras	3.221	4.290
PIS sobre salários	183	68
PIS/COFINS/CSL	<u>740</u>	<u>519</u>
Total	<u>4.383</u>	<u>5.427</u>

Em 2009, a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais concedeu ao IMPP a isenção de pagamento do ITCD - Imposto sobre Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos conforme o disposto na Lei nº 14.941/03, regulamentada pelo Decreto nº 43.981/05 - RITCD e modificada pela Lei nº 17.272/07.

9. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
INSS	6.043	4.541
FGTS	2.115	579
IRRF sobre folha de pagamento	4.403	-

Provisão de férias	<u>29.412</u>	<u>5.464</u>
Total	<u>41.973</u>	<u>10.584</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o instituto contratou mão de obra efetiva para atender a evolução dos projetos.

10. RECURSOS DE PROJETOS

Em agosto de 2009, o Instituto recebeu R\$230.000 de doações em uma iniciativa de empresas que compõem o grupo fundador do Instituto, a fim de que esses recursos fossem aplicados no decorrer do ano de 2010 no desenvolvimento e implantação de projetos sociais. A previsão é de que esta verba seja aplicada integralmente no Projeto Regresso, que terá como objetivo reduzir os índices de reincidência criminal e reinclusão de ex-detentos ao mercado de trabalho.

Deste total, o valor de R\$ 106.293 foi aplicado no Projeto dentro do exercício de 2010, permanecendo o montante de R\$123.707 a serem reconhecidos no resultado de acordo com o cronograma de desembolso do referido projeto.

As doações recebidas em 2009 estão detalhadas abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2009</u>
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	120.000
Algar S.A. Empreendimentos e Participações	10.000
Andrade Gutierrez Telecomunicações S.A.	10.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	10.000
Alesat Combustíveis S.A.	10.000
Celulose Nipo Brasileira S.A. - Cenibra	10.000
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	10.000
Fiat do Brasil S.A.	10.000
Gerdau Aço Minas S.A.	10.000
Samarco Mineração S.A.	10.000
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	10.000
V&M do Brasil S.A.	<u>10.000</u>
Total	<u>230.000</u>

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

As contribuições recebidas pelo IMPP são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais mencionados na nota explicativa nº 1, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

12. RECEITAS OPERACIONAIS

a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o IMPP, como demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	120.000	120.000
Algar S.A. Empreendimentos e Participações	10.000	10.000
Andrade Gutierrez Telecomunicações S.A.	10.000	10.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	10.000	10.000
A&C Centro de Contatos	10.000	10.000
Alesat Combustíveis S.A.	10.000	10.000
Arcelor Mittal Brasil S.A.	10.000	10.000
Banco BMG S.A.	10.000	10.000
Cemig Distribuição S.A.	10.000	10.000
Celulose Nipo Brasileira S.A. - Cenibra	10.000	10.000
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	10.000	10.000
Domingos Costa Indústria Alimentícia S.A. - Vilma Alimentos	10.000	10.000
Fiat do Brasil S.A.	10.000	10.000
Fidens Engenharia S.A.	10.000	10.000
Fundação Vicintin	10.000	10.000
Gerdau Aço Minas S.A.	10.000	10.000
Hospital Mater Dei S.A.	10.000	10.000
Irmãos Bretas Filho e Cia. Ltda.	10.000	10.000
Líder Táxi Aéreo S.A.	10.000	10.000
Localiza Rent a Car e Total Fleet S.A.	10.000	10.000
Masb Desenvolvimento Imobiliário S.A.	10.000	10.000
Nextel Telecomunicações Ltda.	10.000	10.000
Petronas Lubrificantes Brasil	10.000	10.000
Sadia S.A.	-	10.000
Samarco Mineração S.A.	10.000	10.000
Santa Bárbara Engenharia e Empreendimentos S.A.	10.000	20.000
Supermix Concreto S.A.	10.000	10.000
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	10.000	10.000
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	10.000	10.000
Vale S.A.	10.000	20.000
V&M do Brasil S.A.	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Total	<u>410.000</u>	<u>440.000</u>

b) Receitas de gratuidade

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	22.680	21.600
Fiat Services	<u>91.952</u>	<u>88.263</u>
Total	<u>114.632</u>	<u>109.863</u>

Os detalhes sobre a natureza dos serviços estão descritos na nota explicativa 14 (***).

13. DESPESAS COM PROJETOS

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Por natureza de despesa:</u>		
Consultoria em informática	60.704	31.078
Assessoria de comunicação e imprensa	40.536	33.173
Serviço de assistência - Projeto 181 (a)	132.660	42.319
Serviço de assistência - Projeto Regresso (b)	109.964	3.747
Serviço de assistência - Projeto Horizontes (c)	165.970	-
Eventos Feiras	<u>8.587</u>	<u>548</u>
Total	<u>518.421</u>	<u>110.865</u>
<u>Por projeto social:</u>		
181 - Disque Denúncia (a)	242.487	107.118
Projeto Regresso (b)	109.963	3.747
Projeto Horizontes (c)	<u>165.971</u>	-
	<u>518.421</u>	<u>110.865</u>

- a) 181 - Disque-Denúncia: Projeto que unificou os serviços, antes prestados separadamente, pelas Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros. Assim, as três corporações compartilham informações e melhorar seus serviços de inteligência. O Disque Denúncia consistiu na implantação de uma central única de recepção, processamento e resposta de denúncias anônimas de crimes sinistros, que funciona através do tri - dígito 181.
- b) Projeto Regresso: O Projeto Regresso surgiu após um longo estudo realizado pelo IMPP sobre o sistema prisional de Minas Gerais, que permitiu sugerir ao Governo de Minas uma subvenção econômica para incentivar a contratação de egressos do sistema prisional pelas empresas. Além de proporcionar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho e na sociedade, o Projeto Regresso visa reduzir os índices de reincidência criminal, da criminalidade e da conseqüente reentrada no sistema prisional.
- c) Projeto Horizontes: objetiva promover a qualificação profissional de egressos e pré-egressos do sistema prisional do município de Mariana/MG e região circunvizinha, visando incentivá-los a trabalhar para conseguirem emprego e renda, o que contribuirá para reduzir os índices de criminalidade e a conseqüente reentrada no sistema prisional.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
------------------	-------------	-------------

Consultoria Administrativa (*)	22.335	131.699
Custo com pessoal (**)	159.863	69.739
Encargos sociais (**)	52.545	21.586
Viagens e hospedagens	3.355	9.767
Gastos com eventos/propaganda e publicidade	3.120	-
Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica	6.238	4.520
Telefone	4.548	4.433
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	10.004	3.994
Revistas e publicações	3.240	3.505
Gastos com táxi	591	3.242
Acesso à internet	1.951	1.802
Manutenção e reparos	5.135	1.802
Serviços de terceiros - gratuidade (***)	114.632	109.863
Outros	<u>10.985</u>	<u>10.862</u>
Total	<u>398.542</u>	<u>375.012</u>

(*) O gasto com serviços de consultoria refere-se à empresa uniprofissional que era contratada para a administração do Instituto. No decorrer de 2010 foi realizada a contratação de um funcionário específico para realizar essa administração, cessando a partir de então o contrato com essa empresa para consultorias administrativas.

(**) O aumento dos custos com pessoal e dos encargos sociais refere-se à contratação de empregados (mão de obra) feitas pelo Instituto (aumentado sua folha de pagamento).

(***) Os serviços de terceiros - gratuidade referem-se, à serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados gratuitamente pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes no valor de R\$22.680 (R\$21.600 em 2009) e serviços de contabilidade e finanças prestados, também de forma gratuita pela Fiat Services, no montante de R\$91.952 (R\$88.263 em 2009) que, por sua natureza, foram também registrados como receitas de gratuidade, conforme demonstrado na nota explicativa 12b.

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Receitas financeiras:</u>		
Receita de Aplicação Financeira	41.052	34.202
Descontos obtidos	<u>98</u>	<u>59</u>
	41.150	34.261
 <u>Despesas financeiras:</u>		
Juros / multas atraso	(57)	(387)
Despesas bancárias	<u>(526)</u>	<u>(345)</u>
	(583)	(732)
Resultado financeiro, líquido	<u>40.567</u>	<u>33.529</u>

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) No entendimento da Administração, o IMPP, na qualidade de associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, está isento de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, uma vez que obedece a todos os requisitos legais exigidos para o desfrute da referida isenção. Ver informações adicionais na nota explicativa 1.
- b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi aprovado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o processo que regulamenta o IMPP como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera estadual. Tornando-se uma OSCIP, o Instituto está apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público. Como OSCIP, o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a aplicar seus recursos excedentes em disponibilidades. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e depósitos a vista	58.655	9.045
<i>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</i>		
Aplicações financeiras	362.660	534.639

O IMPP está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de aplicações financeiras vinculados ao CDI. A administração dos riscos envolvidos nessas aplicações é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua Gerência Administrativa.

O IMPP não mantém instrumentos financeiros que não estejam registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2010, e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 o IMPP não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 30 de março de 2011.

Robson Braga de Andrade (Presidente do Cons. Delib.)
Cledorvino Belini (Vice-Presidente do Cons. Delib.)
Luiz Alberto Garcia
Hélcio Guerra
Carlo Panuzzi
Aguinaldo Diniz Filho
Fernando Henrique da Fonseca
Manuel Vitor
José Tadeu de Moraes
Marco Antônio Castelo Branco
Flavio Roberto S. de Azevedo

DIRETORIA

Marco Antônio Piquini (Coordenador)
Tácito Avelar e Silva (Vice-Coodenador)
José Carlos Souza
Marco A. Branquinho Júnior
Liliane Lana F. Liberato
Marcelo Dias

CONSELHO FISCAL

José Geraldo Rivelli Magalhães
Jadson Gomes de Lima
Denise Brum M. C Vieira

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria
Contador - CRCMG 055.016/O-2